

FEDERAÇÃO DAS  
ACADEMIAS DE  
HISTÓRIA



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINPEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira  
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana**

**ANO 2019**

**Agosto**

**Nº 324**

Por ocasião da passagem dos 111 anos da morte deste herói, publicamos este texto. Caminha.

PLÁCIDO DE CASTRO

Luiz Ernani Caminha Giorgis (\*)

## 1. O HOMEM

Em 9 de dezembro de 1873, na Vila de São Gabriel, região da Campanha do Rio Grande do Sul, nascia JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO, filho de uma família muito humilde. Seus antepassados foram militares, que lutaram nas guerras do século 19, no sul. A casa de seu pai era ponto de encontro de veteranos da Guerra do Paraguai, que recordavam e contavam lances do conflito. O jovem José criou-se ouvindo e assimilando tudo aquilo. Aos 11 anos perde o pai, tendo que trabalhar em uma loja de tecidos para ajudar a família. E eram ao todo seis filhos. Uma infância infeliz. Com esforço, estuda à noite, voltando para casa tarde, e cansado. Este tipo de vida amadurece-o. Nesta altura, um amigo de seu falecido pai propõe-se a pagar seus estudos em um bom colégio. Plácido aceita, embora isto implique em não trabalhar mais, deixando assim de ajudar sua família. E, antes de um ano, larga o colégio e volta ao trabalho, por puro dever de consciência, desta vez numa ourivesaria. Rapidamente, pela dedicação, ganha a confiança de seu patrão. Enquanto isso, alimenta uma vontade: a carreira militar.

De fato, a 27 de dezembro de 1889, o jovem de 16 anos senta praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha (1º RAC), unidade sediada, na época, em São Gabriel. Após alguns meses consegue matrícula na antiga Escola Tática de Rio Pardo, onde se destaca pela conduta e aplicação. Em 1892 já é 2º Sargento, retornando ao 1º RAC. Ali aguarda a realização de outro desejo, o qual se concretiza no ano seguinte: a matrícula na Escola Militar de Porto Alegre, antecessora do hoje Colégio Militar.

A dedicação de José Plácido é ardorosa. Vive para o estudo, inclusive nas horas de folga. Só abandona os livros para escrever para sua mãe. Não toma conhecimento da agitação política do País, há poucos anos tornado uma República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e agora, sob o regime forte e centralizador de Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro.

No Rio Grande do Sul começa a borbulhar a Revolução Federalista de 1893, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins. Os Maragatos de Silveira Martins, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, entre outros, federalistas, contra os Pica-Paus, governistas de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos. José Plácido não quer tomar partido. Interessa-o mais a carreira que está iniciando. Mas nutre uma certa simpatia, não manifesta, pelos maragatos federalistas, e seus colegas cobram-lhe uma posição definida. Na Escola, os florianistas/castilhistas são maioria, e fazem um Manifesto, pedindo o fechamento do Estabelecimento de Ensino, para que assim possam engrossar as fileiras governistas. Plácido recusa-se a assinar o Manifesto. A Escola é fechada e ele recolhido preso como suspeito ao 13º Batalhão de Infantaria (13ºBI). Em seguida, sempre como "suspeito", foi transferido para Bagé, e depois para Rio Negro, região próxima àquela cidade, onde desempenhou serviços internos, sem poder usar armas de fogo. Desde sua prisão ruma revolta e rancor, privado que foi de uma carreira promissora. Na véspera do combate de Rio Negro entregam-lhe uma arma,

com a missão de rondar os piquetes-sentinelas que vigiam a força revolucionária, a qual fazia cerco ao local. Chegando ao último piquete esporeia sua montada, transpõe o pequeno riacho e dirige-se ao exército revolucionário, onde é levado à presença de Joca Tavares. Adere então ao movimento federalista, definindo uma posição política que, no coração, já existia. A partir daí destaca-se na luta, pelo destemor nos combates. Os comandantes de tropa o disputam, pela sua coragem e bravura. Galga rapidamente as graduações e é promovido a oficial. Em 1895, com apenas vinte e um anos, é promovido a Major, por heroísmo nos combates do Caverá e do Vacacaí.

Terminada a Revolução, José Plácido afastou-se da vida militar, retornando ao seio de sua família em São Gabriel. Mas em seguida toma o destino do Rio de Janeiro, onde consegue emprego de Guarda no Colégio Militar, função civil. Rapidamente é promovido a Inspetor de Alunos. Aproveita para assistir aulas "como ouvinte". Fascina-o a Geografia. E foi justamente um oficial, professor da matéria, conhecido pelo gênio explosivo, que, em consequência de um mal-entendido, o repreendeu severamente, expulsando-o da sala. Despedido, aceitou uma oferta para trabalhar nas Docas de Santos, em março de 1898, onde praticou o ofício de agrimensor, reunindo recursos que se destinaram à viagem para a Amazônia, para demarcar seringais, atendendo convite de outro gaúcho, o Engenheiro Orlando Corrêa Lopes, que já pregava a necessidade de uma reação armada no Acre.

## 2. ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO

Desde 1867 o Acre pertencia à Bolívia, por força do Tratado de Ayacucho, mas somente a partir de 1899 a região passou a ser cobiçada e ameaçada pelos trustes norte-americanos, com a ingênua conivência boliviana, através da empresa "The Bolivian Syndicate Of New York City in North-America". Nome tão pomposo quanto o imperialismo que continha. A empresa, que congregava as firmas Cary & Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber, era presidida por um filho de Theodore Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos. Um típico testa-de-ferro. A Bolivian Syndicate propunha desenvolver o Acre, mas exigia, entre outras coisas, direitos fiscais e policiais absolutos, exclusividade na exploração vegetal e mineral, um exército e uma esquadra armados, livre navegação nos afluentes do Solimões, livre trânsito alfandegário em Belém e Manaus e 50% dos direitos, por dez anos, sobre a borracha acreana. Em caso de guerra com o Brasil exigia também que a Bolívia denunciasse o Tratado de 1867, entregando uma parte do território, (a maior parte), em livre posse, aos Estados Unidos da América!! Claramente, uma insuportável arrogância. Conforme Cláudio Moreira Bento, um verdadeiro **Cavalo de Tróia**. Mas qual era o interesse afinal? O látex de borracha. Este nome, borracha, vem de antigas bolsas de couro chamadas de "borrachas". Aquelas bolsas passaram a ser feitas da goma de látex das seringueiras, daí o nome. Mas a borracha passou a ter, desde 1745, com o francês La Condamine, múltiplas aplicações, o que a tornou preciosa. Principalmente a partir de 1839, quando Charles Goodyear inventou o processo da "vulcanização".

A presença da Bolivian Syndicate, com direito a manter forças armadas no Acre, seria uma grave ameaça à integridade da América do Sul. Em torno de 60 mil seringueiros e seringalistas acreanos eram brasileiros, na maior parte nordestinos, que haviam ocupado a região entre 1870/80. Ainda bem, porque foram eles que impediram os americanos de tomar conta da região. Naquela época o Acre já era boliviano. Em 1899, o aventureiro espanhol Luís Galvez Rodrigues de Arias, funcionário do Consulado da Bolívia em Belém, insuflado por outros revolucionários, já sob a ameaça da Bolivian Syndicate, desembarca no Acre e proclama o "Estado Independente do Acre", tomando a si o cargo de Presidente. Cinco meses depois foi deposto, preso e deportado para Pernambuco. Na verdade, a Bolívia havia solicitado ao Brasil que restabelesse a ordem, o que foi atendido através de uma flotilha da Marinha sob o comando do Capitão-Tenente Raimundo Ferreira. Mas a iniciativa de Galvez tinha deixado a semente da revolta no coração dos acreanos. Os líderes revolucionários eram os gaúchos Orlando Corrêa Lopes e Gentil Tristão Norberto. Mas faltava alguém com espírito de liderança e experiência de combate. O escolhido foi Plácido de Castro, que na época encontrava-se no Acre, explorando os seringais.

Plácido não aceitou inicialmente o convite, dado o seu estado de saúde, acometido que estava de paludismo (malária) e beribéri. Viajou para o Ceará, em busca de tratamento. Em fevereiro de 1902, já restabelecido, ao passar por Manaus, recebe a visita de outro revolucionário, Rodrigo de Carvalho, funcionário público brasileiro em atividade na fronteira do Brasil com o Acre boliviano. Convidado, desta vez aceita liderar a revolução, mas com diversas condições, as quais foram prontamente aceitas por Rodrigo e pelos

demais líderes. Eram brasileiros montando uma revolução para proteger uma região que não pertencia ao Brasil. A luta não seria contra a Bolívia, mas sim, contra a Bolivian Syndicate.

Inicialmente, Plácido recorre os seringais. Vai de barraca em barraca. Fala com todos. Esclarece, anima, estimula, passa instruções, e obtém a adesão de todos. A 01 de julho de 1902, em reunião com os líderes, marca a data de início do movimento armado: 06 de agosto, data da independência da Bolívia, com início em Xapuri, no Alto-Acre, onde estava situado o principal entreposto boliviano de mercadorias. A obtenção dos diversos tipos de suprimentos está confiada ao revolucionário José Galdino, um dos homens mais ricos da região. O suporte financeiro do apoio logístico em pessoal e material estava assegurado, o que era fundamental. As operações militares por sua vez, estão planejadas no cérebro de José Plácido, levando em conta o terreno, a cobertura vegetal e as vias de acesso fluviais, além das possibilidades do inimigo. Dispõe inicialmente de apenas trinta e três homens, todos devidamente preparados e conhecedores da região.

### 3. A LUTA

Na madrugada de 06 de agosto, o pequeno exército invade Xapuri, ocupando os principais prédios existentes e surpreendendo totalmente os ocupantes. Plácido penetra na sede da Intendência (Prefeitura) e prende o Intendente Don Juan de Dios Barrientos. Outras autoridades locais são igualmente presas. Os habitantes porém apoiam a revolução e confraternizam com os revolucionários. Imediatamente, o gaúcho de São Gabriel proclama o Estado Independente do Acre, manda hastear a Bandeira Acreana e lavar a Ata de Independência, fazendo com que todos os presentes a assinassem. Uma cópia é enviada ao Delegado Nacional da Bolívia, em Puerto Acre. Plácido sabia que tinha de ser ousado, senão não conseguiria nada. Mas não era só, e ele sabia disso. Prepara-se então para enfrentar as tropas do Exército Boliviano que, já se sabia, estavam sendo transportadas para a região. Decide adotar a tática da emboscada, para compensar a inferioridade numérica. O local seria em Volta da Empresa (atual Rio Branco). Mas no deslocamento, embora já contando com 63 homens, foi surpreendido numa contra-emboscada por 200 soldados do Coronel boliviano Rosendo Rojas, amargando assim uma brutal derrota. Vinte e seis mortos e seis desaparecidos são o saldo da retirada de Plácido da zona de emboscada. A derrota de 18 de setembro não foi maior porque os bolivianos não realizaram a perseguição. Mas o caudilho tira o máximo de lições da derrota. Reorganiza sua tropa, obtém mais efetivo, alcançando 200 homens, e decide atacar na localidade Volta da Empresa, onde está concentrada a tropa do Cel Rojas. O ataque fica marcado para 05 de outubro. A técnica a ser usada será o sítio à localidade e o desgaste da tropa sitiada. E as coisas ocorrem conforme o planejado. Quatro dias após o cerco, Plácido de Castro intima Rojas à rendição, mas este recusa. O cerco continua por mais seis dias, quando então o Cel boliviano decide render-se. No encontro dos dois comandantes, Rosendo Rojas quer entregar sua espada para Castro, mas este recusou dizendo: - Não, Coronel, guardai a vossa espada, pois sois um bravo! -. O boliviano surpreendeu-se com a atitude positiva do brasileiro, e as duas mãos se apertaram, num gesto de simpatia.

Mas ainda não era o fim. É necessário vencer as forças bolivianas estacionadas em Puerto Acre, último objetivo a ser conquistado. Três meses depois, portanto, as forças do nosso caudilho já estão operando em torno de Puerto Acre. A 08 de janeiro de 1903 o cerco à localidade e o bloqueio do Rio Acre estão prontos. É possível depreender o quanto as forças militares bolivianas eram mal preparadas. José Plácido manda então um ofício ao Delegado Nacional, Dom Lino Romero, avisando-o que o ataque será no dia seguinte, 14 de janeiro, às 1000 h. Pretende assim obter mais vantagem psicológica e obter a rendição dos bolivianos sem luta, poupando vidas. Oferece inclusive seu hospital de campanha, para atender os feridos inimigos, se for o caso. Mas Lino Romero não se rende e recusa o hospital.

Às 0900 h desemboca o ataque. Após cinco horas de combate os revolucionários já haviam conquistado posições vantajosas na periferia. Neste mesmo dia o Ten Cel Manoel Canseco, comandante das tropas, morre atingido por um tiro. O combate continua, e Plácido, mesmo com cinquenta baixas, não esmorece. A sede torna-se um problema alarmante, devido às altas temperaturas. O grupo destacado para trazer água precisa enfrentar o fogo inimigo para chegar ao rio e retornar com o precioso líquido, em bolsas apropriadas. E assim foi por diversas vezes. Os revolucionários aguardam a chegada do navio Independência, que é armado com canhões, trazendo também reforço de tropas e suprimentos, mas os bolivianos atravessam uma grossa corrente de uma à outra margem do rio. Plácido consegue voluntários para cortar a corrente com limas. Trabalho tão necessário quanto perigoso, porque o obstáculo é batido por fogos. Mas os homens conseguem, e o Independência chega, protegido nas laterais por 15 toneladas de látex de borracha, o que o



torna um verdadeiro encouraçado. A chegada do navio dá novo ânimo aos sitiados. E o sítio se fecha. À noite, com chuva, os bolivianos começam a se desesperar. Quando a chuva cessa, Plácido manda incendiar a Vila com flechas, cujas pontas têm chumaços de estopa ensopados de querosene. A 23 de janeiro (14 dias após o início do ataque), os bolivianos hasteiam uma bandeira branca; mas não é a rendição e sim uma proposta de trégua para enterrar os mortos. Plácido não aceita e manda o emissário boliviano de volta, convencido que era somente um estratagema para ganhar tempo e localizar o Posto de Comando brasileiro. Imediatamente o fogo recrudesciu, mas Castro já havia trocado seu PC para outro local. E aperta mais o cerco. No dia seguinte, 24, finalmente a rendição. O comandante brasileiro encontra-se com o Delegado Lino Romero e com o Coronel José Ruiz. Enquanto se lavra a ata de rendição José Plácido explica que nada tem contra a Bolívia, exalta a bravura dos bolivianos e destaca que sua luta é contra a Bolivian Syndicate. Em seguida é lida a Ata de Capitulação de Puerto Acre, assinada por todos os presentes e organizada uma formatura das tropas. Nessa ocasião a bandeira da Bolívia foi arriada e os vencidos iniciaram a entrega das armas aos vencedores, começando por Lino Romero. Mas José Plácido de Castro não aceita, para não ofender a dignidade dos bolivianos. Romero agradece emocionado, em nome de seus homens. À noite, os prisioneiros são embarcados no Independência e levados para Caquetá, de onde seguirão para Manaus.

Plácido de Castro manda hastear a Bandeira Acreana, com as cores verde e amarela, e uma estrela vermelha. Está terminada a luta. Termina a Revolução. O Acre está livre do imperialismo norte-americano. Durante todo o tempo da revolução não se viu um só representante da Bolivian Syndicate na área. José Plácido de Castro é Governador do Estado Independente do Acre e Comandante-em-Chefe do Exército Acreano.

Nesta altura dos acontecimentos, o governo brasileiro já havia mandado uma expedição para o Acre, comandada pelo General Antonio Olímpio da Silveira. A 03 de abril, Plácido e o Gen Olímpio encontram-se em Porto Acre. Após esta entrevista, na qual inteirou-se dos fatos, o general segue para o Acre Setentrional (Norte). Uma semana depois informa a Castro que ocupara militarmente a região, e assumido o governo. Plácido não aceita, e decreta a transferência de seu governo para Xapuri, no Acre Meridional (Sul). Estava criado o impasse. Respeita as decisões do governo brasileiro, mas não pode deixar de garantir os direitos conquistados pela Revolução. No deslocamento para Xapuri o brasileiro encontra-se novamente com o general e acertam o que fazer, já que a Bolívia tornou a enviar tropas para a região. De fato, em abril as operações militares reiniciam, mas agora já não mais contra a Bolivian Syndicate e sim contra o Exército Boliviano, comandado pelo próprio Presidente da República, General José Manuel Pando. Após vários dias de combate, as tropas bolivianas, cercadas pelo exército de Plácido de Castro em Puerto Rico, já não suportam a fome, quando chega a notícia do acordo Brasil-Bolívia, de 21 de março de 1903, que estabeleceu a ocupação militar, a pedido do governo boliviano. Soube-se então que a Bolivian Syndicate, face ao fracasso militar, havia tentado subornar a população acreana, tendo sido repelida. Financiou então, na Bolívia, a expedição já citada. A diplomacia brasileira entra em cena, com o Barão do Rio Branco. Cessam imediatamente as hostilidades. Plácido dissolve o Exército Acreano. Tinham sido 171 dias de árdua campanha, porém vitoriosa.

#### 4. A CONSAGRAÇÃO

Em Manaus, a prova do reconhecimento: autoridades, povo e imprensa exaltam o caudilho gaúcho. No Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco propõe à Bolívia a compra do Acre. Em agosto, o governo brasileiro convoca o Exército Acreano de Plácido de Castro e empossa este no governo do Território e no comando das forças militares, até que a situação fique completamente definida. Foi a glória para o gaúcho de São Gabriel, que foi fazer uma revolução tão longe dos pagos.

Em 17 de novembro de 1903, através do Tratado de Petrópolis, o Brasil compra o Acre da Bolívia por dois milhões de libras esterlinas, mais a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

E Plácido de Castro volta ao trabalho de seringueiro. Já não é mais governador nem comandante. Com a tenacidade e empenho de sempre torna-se um próspero produtor de borracha. Trabalha de sol a sol. A maior parte de suas terras fica em território boliviano. Em junho de 1906 é nomeado Prefeito de Alto-Acre. Ocupa a função por dois anos, quando aproveita para propor ao governo federal soluções para os problemas locais.

A uma certa altura dos acontecimentos, começa a sentir-se traído. Surgem intrigas e calúnias, que muito o incomodam, mas continua a trabalhar. Em seguida identifica o novo inimigo. É Alexandrino José da







Acolhendo a sugestão de seu Ministro o Presidente Sarney encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei extinguindo a COMISSÃO DE MORAL E CIVISMO, criada pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 (Folha de São Paulo de 17 de abril de 1986). O Ministro da Educação de então, julgou que os nossos jovens já tinham um grau de civismo muito desenvolvido e, por isso, resolveu eliminar a cadeira de Educação Moral e Cívica em todos os Educandários brasileiros, considerando que a matéria servia à ideologia dos militares da Revolução de 1964 e que nos "novos tempos" não haveria lugar para tais coisas...

Na década de 90 a Fundação Projeto Rondon, então no Ministério do Interior, foi extinta no bojo de mais 30 instituições federais. Os Rondonistas históricos, inconformados, não aceitaram o golpe que se abateu sobre eles, e muito pior, que se abateu sobre os universitários, as comunidades carentes e o país.

Em vista disso, resolveram criar o Projeto Rondon - Associação Nacional dos Rondonistas, que até bem pouco tempo tinha representação em 26 Estados da Federação. De imediato, o Projeto Rondon retomou o seu antigo vigor com o carisma e credibilidade conquistados em todo Brasil pelas suas profícuas e brilhantes atuações, particularmente em lugares inóspitos. Recomeçou onde começou em 1967, atuando na Amazônia em meses de trabalho na selva selvagem fazendo o registro das comunidades indígenas isoladas, trazendo como resultado milhares de certidões que possibilitaram a esses brasileiros o direito garantido na Constituição de exercer a sua cidadania.

Com o êxito obtido nessa ação, o Governo Federal editou um Decreto que pudesse dar estabilidade à Associação Nacional dos Rondonistas e, para tanto sugeriu que o Projeto Rondon procurasse os Ministérios. Assim, coube ao Ministério da Defesa aglutinar os demais Ministérios, pois estando estruturado iria trabalhar em consonância com o Projeto Rondon Nacional, que cedeu por 10 anos o direito do Ministério da Defesa usar a logomarca e o nome de "Projeto Rondon", guardando a pureza dos seus ideais. Atualmente o Ministério da Defesa tem na sua estrutura o Projeto Rondon e como missão atua em diferentes áreas geográficas do País. O Projeto Rondon dos Estados, hoje Instituto Projeto Rondon, atua localmente tendo como objetivo maior interiorizar a juventude dos Estados.

O Instituto Projeto Rondon /MS - Associação Nacional dos Rondonistas de Mato Grosso do Sul continua atuante, estimulado pelo trabalho e dedicação de seus componentes. É uma OSCIP séria, registrada nos órgãos federais de controle e por eles fiscalizada. Mais do que isto, desenvolve nos universitários sentimentos de brasilidade, de princípios éticos e de respeito aos valores morais e materiais da nacionalidade. Impregna todos esses princípios com aspectos práticos de suas diversas profissões – a verdadeira Extensão Universitária – mostrando o Brasil desconhecido, o seu Brasil; levando às populações que são assistidas a cultura de onde vieram. Por intermédio do Projeto Rondon tornam-se melhores profissionais, melhores cidadãos e sobretudo melhores homens e mulheres com alta consciência nacional.

#### Fontes de consultas:

História Oral do Projeto Rondon. Coordenador Geral: Cel Aricildes de Moraes Motta – Biblioteca do Exército Editora, RJ 2007, 04 Tomos;

Um Militar Sem Rosto. Cel Ref Nyilson Reis Boiteux – Memórias – Editora Ser Brasília/DF – n 2011; e

Revistas do "Projeto Rondon" Nº 21, 22 e Edição Especial do Cinquentenário.

Nesses gloriosos 52 anos o Projeto Rondon pode se ufanar e bradar para todo o Brasil: MISSÃO CUMPRIDA!

#### SOBRE O AUTOR:

NYLSON REIS BOITEUX, CORONEL REFORMADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO, DIPLOMADO PELA ESCOLA DE COMANDO E DE ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, EX-COORDENADOR DO PROJETO RONDON EM MT (ANTES DA DIVISÃO), NO PERÍODO DE 1968 A 1973, ENDEREÇO: RUA GAMELEIRA Nº 70, CARANDÁ BOSQUE II, CAMPO GRANDE – MS, CEP: 79 032-370, E-MAIL: [mgracalb@hotmail.com](mailto:mgracalb@hotmail.com)

## TRAGÉDIA DO SUBMARINO RUSSO K-141, “MATADOR DE PORTA-AVIÕES”



Submarino K-141, *KURSK*, classe *Oscar*.

*Frederico Aranha* – Pesquisador Independente - Advertência: tradução livre

***O submarino russo KURSK sofreu duas violentas explosões e afundou no Mar de Barents, cerca de 50 km da costa, em 105 m de água, num ângulo vertical de 20°. Uma explosão rasgou a proa junto à torre de comando, abrindo uma brecha em toda a envergadura do casco (v. foto em Fontes de Consulta). Ainda assim, 23 dos 118 tripulantes estavam vivos de acordo com anotação de um oficial sênior, o Tenente Capitão Dmitri Kolesnikov, registrada duas horas após a explosão inicial. Esforços desesperados de resgate por parte dos russos – a quem se juntaram equipes britânicas e norueguesas – falharam em salvar os sobreviventes.***

Em 2000, um submarino russo projetado especialmente para afundar porta-aviões tornou-se vítima do seu próprio arsenal. O *Kursk*, armado com mísseis de cruzeiro, foi vítima da explosão de um torpedo detonado acidentalmente. Foi o pior desastre naval sofrido pela Rússia na era pós Guerra Fria. Os porta-aviões americanos eram os grandes inimigos da União Soviética nos mares, pois com seus versáteis esquadrões aéreos poderiam frustrar os planos de guerra do Pacto de Varsóvia, realizando todo tipo de operações, desde escoltar comboios no Atlântico a bombardear bases da Frota Soviética do Norte no Círculo Ártico. Equipados com armas nucleares, esses grupos aéreos tornavam-se excepcionalmente letais para a região costeira soviética.

A solução encontrada para neutralizar a ameaça dos porta-aviões foi a construção dos poderosos submarinos da classe *Oscar*. Um dos maiores submarinos jamais fabricado, media 155 metros de comprimento com uma envergadura de quase 20 metros. Deslocando 19.400 toneladas submerso, era maior do que os submarinos americanos classe *Ohio* armados com mísseis balísticos intercontinentais. Eram grandes por uma única razão: cada *Oscar* carregava duas dúzias de mísseis de cruzeiro P-700 *Granit*. Era um míssil enorme projetado para liquidar grandes navios; media 10 metros de comprimento e cerca de 1 metro de diâmetro; pesava cerca de 7.000 quilos, a maior fração correspondendo ao combustível para o motor *ramjet* que impulsionava o míssil a uma velocidade de Mach 1.6 a baixa altura ou Mach 2.5 em alta altitude, com alcance útil de 600 quilômetros. O míssil podia levar uma ogiva convencional de alto explosivo de 750 quilos, suficiente para danificar seriamente um grande porta-aviões, ou uma ogiva nuclear de 500 quilotons (unidade que serve para avaliar o poder de uma artefato nuclear, comparável à energia produzida pela explosão de mil toneladas de TNT) capaz de pulverizar o maior porta-aviões existente. Eram



alimentados com dados do alvo pelo sistema do satélite Legenda, que podia rastrear e monitorar grupos de porta-aviões rapidamente desde sua órbita.

Os mísseis estavam posicionados lateralmente no casco, em duas fileiras de 12 unidades de cada lado da torre de comando, em silos que apontavam para cima num ângulo de dezessete graus. Era este arsenal que levou a NATO a classificá-lo como um SSGN, o G significando míssil guiado. Se isso não fosse suficiente, os *Oscars* levavam um grande complemento de torpedos. Cada submarino tinha quatro tubos de tamanho estândar de 533 mm de diâmetro, que podiam lançar torpedos guiados do tipo padrão, SS-N-15 *Starfish* antissubmarino ou SS-N-16 *Stallion* antinavio. Havia, também, dois tubos de 650 mm destinados a lançar os poderosos torpedos guiados tipo 65-76A contra grandes belonaves. Os seis tubos estavam armados com 24 torpedos. Os *Oscars* precisavam ser rápidos para interceptar os porta-aviões movidos a reatores nucleares, o que implicava em ser também a propulsão nuclear. Cada um era aparelhado com dois reatores nucleares OK-650 que, em conjunto, acionavam duas turbinas proporcionando até 99.000 HP, capazes de imprimir velocidade de 15 nós (28 km/h) na superfície e até 33 nós (61 km/h) submergido.

O plano era construir 20 submarinos da classe, porém apenas 13 foram concluídos, ou estavam em construção, antes da desintegração da União Soviética e do fim da Guerra Fria. O K-141 denominado *Kursk*, foi lançado somente em março de 1992 e comissionado na Frota Russa do Norte em dezembro de 1994. Em 12 de agosto de 2000, o *Kursk* fazia parte de um grande exercício da Frota Russa do Norte no mar de Barents, que incluía o porta-aviões *Admiral Kuznetsov* e o cruzador de batalha *Pyotr Velikiy*. Estava com a carga completa de torpedos e mísseis Granit com ogivas convencionais e sua missão era realizar um ataque simulado a um porta-aviões. As 11:28 a.m., uma explosão submarina foi detectada, seguida por uma segunda explosão muito maior. Foram registradas pelo cruzador de batalha *Pyotr Velikiy*, por dois submarinos americanos ao largo, presentes em missão de reconhecimento apesar do fim da Guerra Fria, e pelo Instituto Norueguês de Sismologia. Foram 09 dias de esforços para tentar salvar a tripulação porventura sobrevivente. No dia 21, mergulhadores noruegueses penetraram no casco e constataram a morte de todos os tripulantes. Em 23 de agosto, o Procurador Militar Chefe russo abriu uma investigação criminal para apurar as causas da destruição do K-141 *Kursk*.

Dezoito hipóteses foram formuladas, entre elas:

- A colisão do *Kursk* com um submarino ou navio de superfície russo ou estrangeiro;
- Um submarino ou navio de superfície russo ou estrangeiro teria acertado o *Kursk* com um torpedo ou um míssil;
- Sabotagem;
- Ação terrorista;
- Choque do *Kursk* com uma mina do tempo da Guerra Patriótica;
- A destruição do *Kursk* resultara de uma situação anormal com seu próprio armamento.

A investigação concluiu que um dos torpedos do Tipo 65-76A do *Kursk* havia explodido no seu casulo ou no tubo. Possivelmente, uma solda mal feita de um duto ou um dano no casco do torpedo causado pela movimentação no armazenamento causara um fuga de peróxido de hidrogênio e acionado seu motor, gerando aquecimento. Como a maioria dos torpedos, o Tipo 65 usa esse composto como combustível. Infelizmente, o peróxido de hidrogênio torna-se explosivo quando em contato com compostos orgânicos (água, detergentes e aditivos em geral) ou calor – foi o que ocorreu.

As teorias conspiratórias prosperaram durante algum tempo, sendo a mais insistente a de que o *Kursk* fora torpedeado por um submarino americano. Embora tecnicamente possível (na ausência de uma evidente explosão interna) não havia um motivo remotamente plausível, numa época de boas relações US-Rússia. Por que atacar o *Kursk*? Por que só o *Kursk* e não o *Kuznetsov* ou o *Pyotr Velikiy*? Na verdade, o afundamento do *Kursk* foi causado por um simples fenômeno químico acidental. A tragédia ocorrida só reforça a ideia de como a vida é perigosa a bordo de submarinos e o quanto é importante cuidados radicais com a segurança debaixo d'água. Finalmente, a possibilidade de pensar em conspiração é um alerta de que, se esse incidente ocorresse

durante uma crise genuína, o acidente poderia causar uma perigosa escalada rumo a um confronto indesejável.

Seis submarinos Classe *Oscar* permanecem em operação e mais dois estão em processo de modernização, por ora paralisado.

### **FONTES DE CONSULTA**

<https://www.theguardian.com/world/2001/aug/05/kursk.russia>

[http://www.pravdareport.com/society/stories/12-08-2016/121163-kursk\\_submarine-o/](http://www.pravdareport.com/society/stories/12-08-2016/121163-kursk_submarine-o/)

<http://www.verim.org/ship/katastr/k-141-kursk/start>

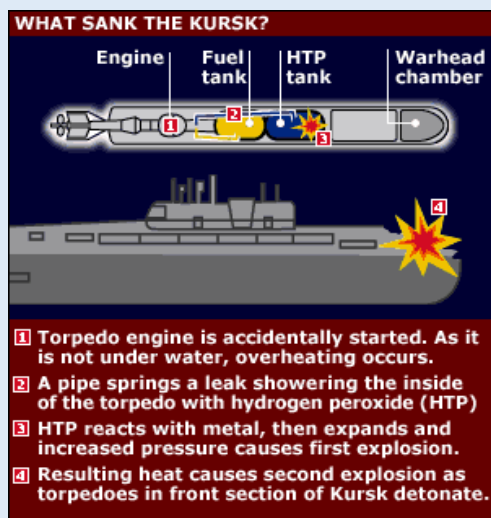
<https://www.nytimes.com/2000/08/15/world/frantic-russian-effort-to-rescue-crew-of-sub.html>



**A proa do Kursk**



**Destroços do Kursk**



**O que afundou o Kursk?** [1] O motor do torpedo é acionado acidentalmente. Como não estava dentro d'água, ocorreu um superaquecimento; [2] um duto ou o casco rompeu provocando um escapeamento de peróxido de hidrogênio (HTP) no interior do torpedo; [3] O HTP reagiu em contato com o metal quente expandindo-se e aumentando a pressão, ocorrendo a primeira explosão; [4] O calor resultante provocou a segunda explosão: todos os torpedos armazenados na seção frontal do *Kursk* detonaram.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)

Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

"<http://historiapatriota.blogspot.com/>".